

Editorial

Em 1680, a Coroa lusitana enviou ao Prata expedição para fundar a colônia do Santíssimo Sacramento, do outro lado do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, no litoral da banda dos charruas, em territórios indiscutivelmente pertencentes à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Com a arriscada e ambiciosa operação, Portugal retornava à região onde os comerciantes lusitanos haviam se estabelecido com enorme proveito durante a unificação ibérica (1580-1640).

Com a expedição, a administração lusitana relançava a economia lusitana alquebrada pela crise da produção açucareira e materializava o velho projeto de expansão das fronteiras da colônia americana até as margens do grande rio. Colocava-se em situação estratégica para o controle da importante bacia hidrográfica, privilegiado o meio de acesso ao interior do continente, e para a aproximação das ricas minas argentinas dos Andes.

Esse movimento consolidaria a dinâmica expansão em direção ao oeste da fronteira agrícola, mineradora e mercantil luso-brasileira, que incorporaria às possessões coloniais e, a seguir imperiais, importantes territórios que tinham como melhor meio de acesso os grandes afluentes do rio da Prata – Paraná, Uruguai e Paraguai. Esse processo integrou importantes territórios do Brasil em forma indissolúvel àquela bacia.

As historiografias lusitana, brasileira, espanhola, uruguaia e argentina enfatizaram comumente os conflitos militares que a fundação da feitoria do Santíssimo Sacramento ensejou por praticamente um século, deslocando comumente para o segundo plano as trocas econômicas, culturais, sociais, demográficas etc. que esse ponto avançado do mundo mercantil lusitano propiciou, abrindo forte brecha na camisa de força em que a administração espanhola mantinha o comércio da região.

O gaúcho, tipo humano que caracterizou econômica, social e politicamente o Prata, teve vertente constitutiva central nas “vaquerias de corambre” praticadas sobretudo na Banda Oriental, em razão do comércio de couros, impulsionado pela colônia de Sacramento. O contrabando ensejado pela cidadela e o expansionismo lusitano não foram estranhos à fundação do vice-reinado do rio da Prata e às reformas borbônicas, liberalizando relativamente o comércio colonial hispânico.

Até 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, a colônia do Sacramento balizou fortemente as trocas e as disputas ao longo da móvel e imprecisa linha divisória entre as possessões das duas metrópoles. A campanha e os Sete Povos, no atual Rio Grande do Sul, e o oeste dos atuais estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

conheceram incessante e rico entrelaçamento econômico, cultural, demográfico etc., que historiografias centradas nas disputas políticas e fronteiriças pouco enfatizaram.

A ocupação napoleônica da Espanha, o defenestramento de Carlos IV, a deposição de Fernando VII precipitaram a eclosão do movimento autonomista já em gestação no vice-reinado do Prata em maio de 1810, antecedendo 12 anos o processo congênere na colônia lusitana. Nesses processos de autonomia foram fortíssimas as interinfluências entre os mundos hispânico e portugueses.

A discussão sobre as possíveis vias para a independência nas diversas regiões do Brasil e na vitória da solução monárquica, unitária, centralizadora, pesou o resultado das soluções, conflitos e processos de independência hispânica, que resultaram na explosão dos vice-reinados do Prata e do Peru em constelação de nações independentes após longos e duros conflitos. Essas questões têm sido pouco visitadas pela historiografia brasileira.

A dissolução da totalidade colonial hispânica em múltiplas nações ensejou que as diversas historiografias nacionais sul-americanas apresentassem visões tendencialmente teleológicas daqueles processos, enfatizando fortemente os exclusivismos nacionais, minimizando e ignorando os processos supranacionais. O mesmo ocorreu com a historiografia brasileira no relativo às regiões que tiveram sua história fortemente entrelaçadas com territórios extranacionais.

Na esfera política, exemplo desse autismo é a minimização pela historiografia nacional argentina, do carlotismo de alguns dos principais próceres da independência argentina, ou a pressão exercida pela revolução artiguista sobre importantes segmentos livres e subalternizadas sul-rio-grandenses, com fortes decorrências na história do sul do Brasil. Apesar da revisitação incessante do “decênio heróico” pela historiografia regional sulina, à exceção de estudos isolados no passado, apenas nos últimos anos vêm sendo abordadas as interdeterminações entre esse movimento do sul do Brasil e as pugnas político-sociais orientais.

Interpenetrações essenciais da história do sul do Brasil e do Prata nasceram e se consolidaram em boa parte em razão do envolvimento da Coroa lusitana (1811-1822) e do Império (1822-28) na luta pela autonomia e independência da Banda Oriental e do Prata. Processo que levou à ocupação de enormes extensões de terra por estancieiros sulinos no norte da Banda Oriental. Expansão que interpretava o maior dinamismo da organização pastoril escravista sul-rio-grandense.

A intrusão luso-brasileira na bacia do Prata, inaugurada com Sacramento (1680), frustrada com a fracassada fundação lusitana de Montevideu (1720) e interrompida com a entrega definitiva de colônia (1777), fora retomada, em 1801, com a anexação das Missões ocidentais e dos Campos Neutrais. A Província Cisplatina (1814-1828) foi apogeu de movimento com vasta influência na explosão do vice-reinado do rio da Prata e conformação nacional da Argentina, Uruguai, Paraguai.

Mantendo-se sob outras formas nos anos 1850, 1860 e 1870, essa intrusão influenciaria a consolidação nacional dos estados da bacia do Prata. O grande conflito platino

de 1864-70 constitui verdadeiro divisor de águas na historiografia do Brasil do Cone Sul da América. Essas influências, em geral reconhecidas pela historiografia argentina, uruguaia e paraguaia, são registradas parcialmente na historiografia brasileira, mais comumente por meio de afirmações gerais sobre a provável influência da Guerra do Paraguai no fim da escravidão, da Monarquia e advento da República.

Desde sua fundação, em 2000, por meio de suas linhas de pesquisa, de investigação de seus docentes e discentes, de múltiplos eventos promovidos, de sua revista *História: Debates e Tendência*, o Programa de Pós-Graduação em História da UPF orienta fortemente sua atuação para as fundamentais interdeterminações historiográficas que têm como cadinho fundamental a grande bacia do rio do Prata.

Em 28-30 de setembro de 2011, o PPGH da UPF sediou I Congresso Internacional de História Regional: Mercosul - Integração e Desencontros. Um dos 15 seminários daquele encontro foi destinado especificamente à “Formação e afirmação dos estados platinos”, com ênfase nas investigações correlacionadas com a Guerra do Paraguai (1864-1865).

O presente dossiê “A bacia do Prata – o Paraguai” foi dividido em três partes. Inicia com a conferência magistral proferida em 28 de setembro de 2011 pelo Doutor León Pomer, americanista argentino de longa e frutífera trajetória no Brasil na abertura do I Congresso de História Regional: Integração e Desencontros.

A primeira parte é composta pelo estudo do Doutor Alberto Moby sobre as disputas em torno da mulher e de seu papel social após o fim da Guerra do Paraguai; pela discussão do Doutor Mário Maestri sobre a primeira tentativa de interpretação sociológica sistemática da formação social paraguaia de Oscar Creyd, de 1961; pela síntese parcial do antropólogo paraguaio Bernardo Coronel sobre sua recente publicação *Breve interpretación marxista de la historia paraguaya - 1537-2001* (Asunción: Arandurá, 2011).

Na segunda parte os historiadores e africanistas argentinos José Maria Becerra e Diogo Buffa, da Universidad Nacional de Córdoba, discutem a importância do norte e centro da Argentina e sua economia escravista nos primeiros tempos coloniais; o Doutor Paulo Possamai, da Universidade Federal de Pelotas, reflete, com base nas lições de Francisco Bauzá, como a historiografia uruguaia interpretou a presença portuguesa na Banda Oriental; o Doutor Sergio Guerra Vilaboy, da Universidad de Habana, aborda os fluxos e refluxos do caráter democrático-popular no processo de independência das Américas.

A terceira parte do dossiê apresenta duas entrevistas: do Doutor León Pomer, sobre sua formação e trajetória profissional na Argentina e no Brasil, realizada pela historiadora argentina Maria Victória Barata, da Universidad Nacional de Buenos Aires, especialmente para o presente *dossier*; do jornalista J. J. Chiavenato, realizada pela historiadora Silvânia de Queiroz, quando da produção de sua dissertação de mestrado “Revisando a revisão: *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, de J. J. Chiavenato”, defendida em dezembro de 2010 no PPGH da UPF.

Ana Luiza Setti Reckziegel
Mário Maestri